

Data Vencimento	Obrigação	Código Receita	Fato Gerador e Fundamento Legal	Período de Apura�o
06 (Quarta-feira)	DAE		IRRF - Empregador Doméstico unifica os recolhimentos pelo Simples Doméstico (§ 7º art. 34, LC 150 de 2015). Nota 2	Agosto
20 (Quarta-feira)	IRRF	5952	Reten�o de contribui�es nos pagamentos entre Pessoas Jurídicas Nota 3	
		1708	Remunera�o de serviços prestados por pessoa jurídica	
		0561	Trabalho Assalariado	
		0588	Trabalho sem Vínculo Empregatício	
8045	Demais rendimentos			
20 (Quarta-feira)	Simples Nacional		Receita bruta mensal Nota 1	
25 (Segunda-feira)	PIS	8109	Faturamento	
		8301	Folha de Salários	
		6912	Não cumulativa	
	COFINS	2172	Demais Entidades (Faturamento)	
5856		Não cumulativa		
29 (Sexta-feira)	IRPF	0190	Carne-Leão	
		4600	Ganho de Capital na aliena�o de bens e direitos	
		0211	Declara�o/2016 (6ª quota)	Ano Calendário 2016
29 (Sexta-feira)	IRPJ	0220	Empresa obrigada � apura�o Lucro Real (Art. 1º, Lei nº 9.430/96)	3º Trimestre 2017 ou Estimativa Agosto
		2362	Balanço Trimestral (3ª quota)	
		2089	Estimativa Mensal	
		5625	Lucro Presumido (3ª quota) Lucro Arbitrado (3ª quota)	
	CSLL	6012	Empresas que apuram IRPJ pelo Lucro Real	
		2484	Balanço Trimestral (3ª quota)	
		2372	Estimativa Mensal	
				Empresas apuram IRPJ pelo Lucro Presumido ou Arbitrado (3ª quota)
	REFIS I	9100	Parcelamento dos demais débitos	
			Pagamento � vista com utiliza�o de Prejuízo Fiscal e Base de C�culo Negativa da CSLL	
9222		Parcelamento na RFB		
REFIS II	7042 7093 7114 7122	Parcelamento débitos		
		Pagamento � vista com utiliza�o de Prejuízo Fiscal e Base de C�culo Negativa da CSLL		
		Microempresa		
		Empresa de Pequeno Porte		
		Demais pessoas jurídicas		
REFIS III	0830 0842 1927 1919	Parcelamento Excepcional		
		Optante Simples		
		Demais pessoas jurídicas		
		Art. 8º MP 303/06 - Optante pelo Simples		
		Art. 9º. MP 303/06 - Optante Simples		

Data Vencimento	Obrigação	Código Receita	Fato Gerador e Fundamento Legal	Período de Apuração
29 (Sexta-feira)	REFIS IV	1188	Parcelamento na PGFN Pagamento a vista com utilização de Prejuízo Fiscal	Agosto
		1194	Parcelamento de Dívidas Não Parceladas	
		1204	Parcelamento - Saldos dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários.	
		1210	Parcelamento - Dívida Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI	
		Parcelamento na RFB		
		1262	Pagamento a vista com utilização de Prejuízo Fiscal	
		1279	Parcelamento de Dívidas Não Parceladas	
		1285	Parcelamento - Saldos dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários.	
	1291	Parcelamento Dívida Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI		
	Simples Nacional	0285	Parcelamento - Adesão Pessoa Jurídica - Ingresso Simples Nacional - 2007	
		4359	Ingresso no Simples Nacional - 2009 (IN RFB nº 902/2008) (Débitos INSS).	
		0873	Ingresso no Simples Nacional - 2009 (IN RFB nº902/2008) (Demais débitos).	
DAS	Parcelamento Especial – 120 meses Pessoa Jurídica – Evitar exclusão por débitos Não se aplica ao Microempreendedor Individual Adesão até dia 10 de Março 2017 Nota 4			
REFIS 2014	4737	Parcelamento na PGFN Parcelamento dos demais débitos		
	4772	Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL		
	4750	Parcelamento na RFB Parcelamento débitos		
	4795	Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL		
REFIS 2017	Parcelamento na PGFN Programa de Regularização Tributária - PRT Adesão até 06 de março de 2017 a 03 de julho de 2017.			
	Parcelamento na RFB Programa de Regularização Tributária - PRT Adesão até 31 de Maio. (Nota 5)			
	4135	PRT – INSS – Pessoa Jurídica		
	4136	PRT – INSS – Pessoa Física		
	5184	Demais Débitos		
REFIS II 2017	Parcelamento na PGFN Programa Especial de Regularização Tributária - PERT Adesão até 31 de Agosto de 2017.			
	Parcelamento na RFB Programa Especial de Regularização Tributária - PERT Adesão até 31 de Agosto. - Nota 7			
	4141	PERT – INSS – Pessoa Jurídica		
	4142	PERT – INSS – Pessoa Física		
5190	Demais Débitos			
REFIS do RURAL	Parcelamento na PGFN Programa de Regularização Tributária Rural - PRR Adesão até 29 de Setembro.			
	Parcelamento na RFB - Nota 8 Programa de Regularização Tributária Rural - PRR Adesão até 29 de Setembro.			
	5161	PRR – INSS		
		PRR – INSS Demais Débitos		

DECLARAÇÕES		
15 (Sexta-feira)	EFD-Contribuições	Julho
22 (Sexta-feira)	DCTF Mensal	
	DCTF Inativa	
	DCTF Sem Débitos a declarar	
29 (Sexta-feira)	DTTA – Declaração de Transferência de Titularidade de Ações	Janeiro a Junho/2017
	DITR – Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	Ano Calendário 2017

Legenda:

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL: Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

DEFIS: Declaração Única e Simplificada de Informações Socioeconômicas e Fiscais

DCTF: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

ECD: Escrituração Contábil Digital

ECF: Escrituração Contábil Fiscal

EFD: Escrituração Fiscal Digital

IPI: Imposto Sobre Produtos Industrializados

IRPJ: Imposto de Renda - Pessoa Jurídica

Paes: Parcelamento Especial

Paex: Parcelamento Excepcional

PGFN: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PIS: Programa de Integração Social

PJ: Pessoa Jurídica

Refis: Programa de Recuperação Fiscal

RFB: Receita Federal do Brasil

Simei: Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional

MEI: Microempreendedor Individual

Nota 1 – Apuração e pagamento até o dia 20 do mês subsequente. Quando não houver expediente bancário no prazo, os tributos deverão ser pagos até o dia útil imediatamente posterior. (art. 38, Resolução CGSN nº 94 de 2011).

Nota 2 - A Lei Complementar nº 150, de 2015 alterou o prazo de recolhimento do IRRF incidente sobre os pagamentos de rendimentos provenientes do trabalho assalariado a empregado doméstico, para o dia 7 do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

Nota 3 - Com a publicação da Lei nº 13137, de 2015, o prazo para recolhimento das contribuições sociais retidas durante o mês passa a ser “até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço”.

Nota 4 - Parcelamento especial do art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 2016, e IN RFB N º 1.677 de 2016.

Nota 5 – REFIS 2017:

- Os débitos para com a PGFN inscritos em Dívida Ativa da União de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30/11/2013 (Portaria PGFN nº 152 de 2017).
- Adesão até 31 de maio, as pessoas físicas e com débito questionado judicialmente ou na Receita Federal (IN RFB nº 1.687 de 2017).

Nota 6 – DCTF relativas aos meses de janeiro a abril de 2017, prorrogada a entrega **até dia 21/07/17** (IN RFB N º 1.708 de 2017).

Nota 7 – REFIS II 2017

- Os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos **até 30/04/17** (Medida Provisória nº 738 de 2017).
- Adesão **até 31 de agosto**, as pessoas física e jurídica no site da PGFN e RFB (IN RFB nº1711 de 2017).

Nota 8 – REFIS DOS RURALISTAS

- Os débitos do INSS do produtor rural e do adquirente da produção rural **até 30/04/17** (IN RFB nº1728 de 2017).

Calendário de obrigações editado com base nas normas **vigentes até o vigésimo dia do mês da publicação**. Acompanhe as alterações posteriores.

Proibida a reprodução, parcial ou total, e a divulgação sem prévia autorização do autor. A violação dos direitos autorais (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610/98 – Direitos Autorais) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.